
Município de Alpiarça

Órgão: Câmara Municipal

Ata N.º 17/2025

24 de setembro de 2025

Assunto: Reunião Ordinária da Câmara Municipal

Início da reunião: 09h40m	Término da reunião: 10h35m
----------------------------------	-----------------------------------

Presidente da Câmara Municipal:

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

Vereadores da Câmara Municipal:

Jorge Manuel Claudino de Freitas

Ana Margarida Vences Rosa do Céu

João Pedro Costa Arraiolos

Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo

Secretária:

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

--- Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2021/2025, sob a Presidência da Excelentíssima senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos senhores Vereadores Jorge Manuel Claudino de Freitas, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, João Pedro Costa Arraiolos e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de setembro, foi a seguinte: -----

--- **01: Deliberação – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 12 de setembro de 2025 - N.º 16/2025 - Mandato 2021 – 2025.** -----

--- **02: Deliberação – Auto de Vistoria e o Auto de Receção Provisória referente à Empreitada “Construção do Posto Territorial da GNR de Alpiarça”.** -----

--- **03: Deliberação – Proposta de aprovação de Minuta de 2.º Aditamento ao Contrato de Empreitada de “Construção da Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça e Arranjos Exteriores”.** -----

--- **04: Deliberação – Proposta de aprovação do projeto de execução, da autorização de despesa, das peças do procedimento, do júri e do gestor do contrato no âmbito da Empreitada de “Refuncionalização do Edifício da EB1 de Alpiarça para a Criação da Creche Pública”.** -----

--- **05: Deliberação – Proposta de autorização para a Assunção Compromisso Plurianual, no âmbito da Empreitada de “Refuncionalização do Edifício da EB1 de Alpiarça para Criação de Creche Pública”.** -----

--- **06: Deliberação – Proposta de reconhecimento e integração de caminho no domínio público do Município.** -----

--- **07: Deliberação – Proposta de autorização da adesão do Município de Alpiarça à Central Nacional de Compras Municipais (CNCM) e designação de Representante do Município.** -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

--- A reunião foi aberta pela senhora Presidente da Câmara, eram nove horas e quarenta minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e cinco, com um total de disponibilidades de 4.142.673,93 euros (quatro milhões, cento e quarenta e dois mil, seiscentos e setenta e três euros, noventa e três centimos). -----



--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- A senhora Presidente iniciou o período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e solicitou, em primeiro lugar, que fossem facultadas as contas e os contratos estabelecidos para os espetáculos da Alpiagra, uma vez que presumia que estas informações não tinham sido publicadas. Em seguida, questionou acerca de uma notícia veiculada no Jornal de Negócios e partilhada pelo senhor Presidente Pedro Ribeiro de Almeida, que mencionava um avultado investimento da empresa Soprema em Almeirim. Expressou a sua estranheza com a situação, referindo ter conhecimento de insatisfações por parte da Soprema, nomeadamente relacionadas com a demora na junção de dois lotes que a empresa já possuía e na disponibilização de um terreno junto à Zona Industrial, adquirido pela Câmara no início do mandato. Questionou que tipo de investimento estaria previsto para Almeirim e se este seria igual ou complementar à fábrica já existente em Alpiarça, bem como o que estava previsto para Alpiarça. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que ao passar junto ao Centro de Saúde, verificou que as obras do parque de estacionamento pareciam estar paradas. Destacou que, com o início do ano letivo, a falta de estacionamento na área já se fazia sentir. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, que começou por esclarecer que as obras do parque de estacionamento não se encontram paradas e que o empreiteiro tem organizado os trabalhos por fases, recorrendo a equipas diferentes para a colocação do pavimento e dos passeios. Informou que a obra deverá estar concluída durante a próxima semana. Assegurou que as informações sobre as contas e o contrato da Alpiagra seriam disponibilizados. Esclareceu que o contrato foi celebrado nos mesmos moldes do ano anterior e que, por isso, não foi publicado no Portal BASE GOV. Relativamente à notícia do Jornal de Negócios, corrigiu a informação explicando que o artigo se baseou numa interpretação de um comunicado da própria empresa. Negou qualquer conhecimento de insatisfação por parte da Soprema, referindo que o Município tem colaborado ativamente com a empresa para encontrar soluções para a sua expansão. Explicou que o terreno adquirido pela empresa para a expansão em Alpiarça se encontrava fora do Plano Diretor Municipal (PDM) e do Plano de Pormenor da Zona Industrial, tratando-se de um terreno agrícola, o que tem exigido um complexo processo de legalização, com a necessidade de afastar limitações da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN). Este processo, de conhecimento da Soprema, está a ser acompanhado de perto pela Câmara. Esclareceu ainda que a



intenção da Soprema era adquirir um terreno adicional para expansão, mas que a sua aquisição não se concretizou. Quanto ao investimento em Almeirim, explicou que este se deveu à falta de terreno em Alpiarça para acomodar uma nova fábrica destinada à produção de um produto diferente daquele que já é produzido localmente. Concluiu a sua intervenção afirmando que o investimento em Alpiarça diz respeito à expansão da unidade já existente, e o investimento em Almeirim à criação de uma nova unidade industrial. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referiu que a sua questão inicial não se referia a um novo terreno, mas sim à resolução de uma situação de domínio público no terreno que a Soprema já possuía, no qual passa a rua com as tubagens de água e gás, e que a empresa pretendia juntar. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, que confirmou que este processo de alteração de domínio público e a colocação das infraestruturas está em curso e a ser acompanhado de perto em conjunto com a empresa, e que os constrangimentos encontrados têm sido superados com a colaboração de ambas as partes. -----

--- **Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:** -----

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **01: Deliberação – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 12 de setembro de 2025 - N.º 16/2025 - Mandato 2021 – 2025.** -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo sugeriu uma correção à ata. -----

--- **Deliberação:** A Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 12 de setembro de 2025 - N.º 16/2025 - Mandato 2021 – 2025, foi aprovada por unanimidade depois da alteração efetuada. -----

--- **02: Deliberação - Auto de Vistoria e o Auto de Receção Provisória referente à Empreitada “Construção do Posto Territorial da GNR de Alpiarça”.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, informou que a GNR e o Ministério da Administração Interna (MAI) comunicaram a intenção de inaugurar o posto no dia 25 de setembro de 2025. Mencionou que os convites já teriam sido enviados aos senhores Vereadores, sendo todas as diligências de inauguração da responsabilidade da GNR e do MAI. A transição dos militares para as novas instalações já se iniciou no dia anterior e prosseguia no dia da reunião. Realçou que o ponto em discussão era a aceitação da receção provisória da obra, de acordo com a documentação do auto de vistoria. -----



--- **Deliberação:** O Auto de Vistoria e o Auto de Receção Provisória referente à Empreitada “Construção do Posto Territorial da GNR de Alpiarça”, foram aprovados por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU, para que seja notificada a Entidade Executante e que no prazo de 15 dias retifique os defeitos e vícios verificados em obra. -----

--- **03: Deliberação – Proposta de aprovação de Minuta de 2.º Aditamento ao Contrato de Empreitada de “Construção da Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça e Arranjos Exteriores”.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, recordou que já tinha sido feito um aditamento anterior, relacionado com a necessidade de trabalhos adicionais nas fundações do edifício, devido às deficiências encontradas no terreno. Este segundo aditamento, por sua vez, refere-se aos arranjos exteriores e, em particular, à construção de um muro de vedação que não estava previsto no projeto inicial da obra. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referiu que embora a minuta descrevesse o valor de 52.900,00€ para o 2º aditamento, a proposta não mencionava esse valor, apenas o do 1º aditamento, algo que considerou que deveria ser corrigido. Confirmou que o voto da CDU se manteria de abstenção, tal como na altura da ratificação do despacho. -----

--- **Deliberação:** A Minuta de 2.º Aditamento ao Contrato de Empreitada de “Construção da Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça e Arranjos Exteriores”, foi aprovada por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **04: Deliberação – Proposta de aprovação do projeto de execução, da autorização de despesa, das peças do procedimento, do júri e do gestor do contrato no âmbito da Empreitada de “Refuncionalização do Edifício da EB1 de Alpiarça para a Criação da Creche Pública”.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que pretendiam transformar o atual edifício do pré-escolar numa creche para crianças até aos 3 anos. O projeto, candidatado e aprovado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), necessitava da aprovação de todos os procedimentos para a formação do contrato de empreitada e, portanto, nesse sentido, é proposto que se aprova o projeto, se autorize a abertura do procedimento, bem como autorizar a despesa inerente para a formação do contrato, aprovar as peças do procedimento, o júri e o gestor do contrato. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referiu que a proposta ronda 1.000.000,00€, o investimento será no espaço onde atualmente funciona o pré-escolar. Mencionou que já tiveram a oportunidade de abordar esta questão, quando foi feito um investimento na Escola Abel Avelino, que já



se iniciou e vai dotar a escola com 12 salas, o que é mais ou menos aquilo que tem sido neste ano. Salientou que têm 11 turmas de 1º ciclo, mas já tiveram vários anos com 12 turmas. Frisou que, em termos de opção de espaço, poderia ter havido alguma discussão e opção diferente daquela que foi tomada, até porque, no seu entender, o próprio 1º ciclo precisa de mais espaço de recreio do que propriamente a creche e o pré-escolar. Acrescentou que são menos turmas por parte da creche e do pré-escolar, do que no 1º ciclo. Em relação ao investimento em concreto tiveram várias fases, em termos daquilo que foi a candidatura, o investimento previsto seria na ordem dos 400.000,00€ e a comparticipação do PRR seria de apenas cerca de 160.000,00€ ou seja, dava à volta de 4.000,00€ por criança. E aquilo que têm proposto é cerca de 1.000.000,00€ de investimento no espaço que atualmente funciona o pré-escolar. Questionou a razão de haver esta discrepância entre uma proposta de investimento inicial para esta final, na ordem dos 400.000,00€, para cerca de 1.000.000,00€. Questionou qual é o investimento por parte do Município propriamente dito, naquilo que o Município irá suportar neste investimento de cerca de 1.000.000,00€. Mostrou-se também preocupado com a calendarização da obra, que decorrerá em simultâneo com a da Escola Abel Avelino, e questionou o que estava previsto para o funcionamento do pré-escolar durante este período. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, que começou por referir que a opção de centralizar o 1º ciclo na Escola Abel Avelino decorre das indicações da Carta Educativa e do Ministério da Educação, que impõem a concentração de alunos, algo que no passado não foi possível devido a uma previsão de regressão do número de alunos. Referiu que, embora a ampliação da escola seja limitada, o projeto prevê um aumento do espaço de recreio através da integração de uma faixa de terreno em direção ao pavilhão da EB2/3, permitindo o acesso a campos de jogos e outras infraestruturas. Relativamente ao aumento do custo da obra da creche, explicou que o estudo prévio inicial previa apenas alterações menores, mas que o projeto de execução revelou a necessidade de uma intervenção mais robusta e estrutural, pois o edifício não tinha as condições necessárias para uma simples alteração de paredes. O aumento de custos deve-se à necessidade de uma intervenção mais complexa, que implica a reconstrução de parte da estrutura do edifício. Acrescentou que a opção de construir um novo edifício foi analisada, mas que os custos seriam ainda mais elevados. Relativamente ao financiamento, confirmou que a comparticipação do PRR se mantém no valor inicial de cerca de 160.000,00€, aproximadamente 4.000,00€ por cada lugar de creche criado, e que o Município terá de suportar o restante, há exceção da candidatura para o recheio da creche, que também será financiada pelo PRR. Frisou que o objetivo é fazer as duas obras em simultâneo, dado os prazos que têm previstos para a concretização das mesmas e, portanto, no próximo ano já têm



condições para as crianças estarem nos sítios certos e com a creche a funcionar. Em relação à acomodação dos alunos do pré-escolar, esclareceu que a obra na Escola Abel Avelino começará pela criação do novo espaço de recreio, vai ser feita a terraplanagem do terreno, bem como um muro de contenção e nesse espaço serão instalados contentores para acolher as crianças do pré-escolar durante as obras na EB1. Equacionaram também colocar os contentores nas traseiras do pré-escolar, mas teriam de vedar a zona e garantir condições de segurança naquela área. A solução foi vista em conjunto com a Direção da Escola, e considerada a mais segura e viável, apesar do barulho das obras, por se tratar de um espaço vedado e seguro, evitando um investimento adicional na parte de trás da EB1. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referiu que o Município irá suportar 85% mais ou menos do investimento e o suporte são 15%. No seu entender, parece-lhe altamente desproporcional avançar com o investimento de 1.000.000,00€ num edifício que já existe e que se deveria procurar uma solução, para que possa haver um investimento adequado àquilo que é a necessidade. Mencionou que parecem estar pressionados pelas eleições e a tentar apresentar esta solução, que vem sendo falada há algum tempo. Frisou que não estão contra a creche, em termos daquilo que têm sido os investimentos do Município têm estado sempre do lado do investimento, apesar de não concordar com algumas situações. Referiu que a abstenção da CDU se deve à desproporcionalidade do financiamento, e não à discordância da necessidade de uma creche, que considera ser um investimento necessário. No entanto, deveria ser equacionado de uma forma viável e proporcional em relação àquilo que é o Município de Alpiarça. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, que começou por referir que não estão pressionados pelas eleições. Justificou a decisão com a urgência imposta pelo prazo do PRR, a obra tem que estar concluída até julho de 2026, e com o facto de o novo quadro comunitário, o Alentejo 2030, não prever, de momento, linhas de financiamento para creches, o que faria com que o Município perdesse a oportunidade de obter qualquer apoio para o projeto. Esclareceu que este assunto tem vindo a ser tratado desde muito cedo deste mandato e obedeceu a um conjunto de regras e requisitos, desde logo fazer-se projetos, mas que teve um tempo de espera relativamente às aprovações, designadamente da Segurança Social. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referiu que equacionaram colocar os contentores nas traseiras do pré-escolar, onde decorrem as obras, no entanto, quando as crianças passarem para a Escola Abel Avelino, também estão a decorrer obras. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, que começou por referir que o espaço iria estar devidamente vedado e com a vantagem de que a comida vai continuar a ser feita mais perto deles. Esclareceu que para



fazerem nas traseiras do pré-escolar, implicava um investimento maior da parte do Município e, portanto, era preciso criar, efetivamente, condições de segurança. A solução foi vista com a Direção da Escola e foi entendido que talvez esta solução fosse a mais adequada. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, questionou se o refeitório da Escola Abel Avelino teria capacidade para todos os alunos do 1º ciclo e do pré-escolar. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, que começou por referir que o refeitório e a cozinha foram alvo de obras para aumentar a sua capacidade e que, de acordo com as análises, teriam condições para servir todas as crianças. Salientou ainda, que na sua opinião a escola deve ser fisicamente separada da Escola EB2/3, mas deve ter garantias de acesso ao pavilhão e ao campo de jogos, sendo essa questão algo a ser decidido em conjunto com a Direção da Escola. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referiu que numa primeira fase, a refuncionalização estava prevista na EB1 e depois passou para a EB1/JI. No entanto, a terminologia usada na proposta, continua a referir-se à EB1, em vez de EB1/JI. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, que justificou a designação com a necessidade de o edifício tem de ser térreo, em conformidade com os requisitos de segurança e as exigências para o funcionamento de uma creche e, portanto, também não havia a refuncionalização. -----

--- **Deliberação:** O projeto de execução, a autorização de despesa, as peças do procedimento, o júri e do gestor do contrato no âmbito da Empreitada de “Refuncionalização do Edifício da EB1 de Alpiarça para a Criação da Creche Pública”, foram aprovados por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **05: Deliberação – Proposta de autorização para a Assunção Compromisso Plurianual, no âmbito da Empreitada de “Refuncionalização do Edifício da EB1 de Alpiarça para Criação de Creche Pública”.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, explicou que este ponto diz respeito à repartição dos custos do projeto pelos anos económicos, com uma previsão de encargo de 115.340,94€ para o ano de 2025 e de 291.562,20€ para o ano de 2026. -----

--- **Deliberação:** A autorização prévia para a Assunção Compromisso Plurianual, no âmbito da Empreitada de “Refuncionalização do Edifício da EB1 de Alpiarça para Criação de Creche Pública”, com a seguinte repartição de encargos: Ano de 2025, 115.340,94€ e o Ano de 2026, 891.562,20€, foi aprovada por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----



--- 06: Deliberação – Proposta de reconhecimento e integração de caminho no domínio público do Município. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, explicou que este processo se iniciou com um pedido, no âmbito de um processo de destaque, para o reconhecimento do acesso ao depósito das Águas do Ribatejo, localizado na Rua Engenheiro Álvaro da Silva Simões. Este caminho é a única via de acesso à infraestrutura e tem um interesse municipal reconhecido, pois no subsolo existem condutas de abastecimento que precisam ser salvaguardadas. Esclareceu que, embora a via de expropriação seja o instrumento jurídico habitual para estes casos, a Câmara optou por um processo de negociação direta com os proprietários dos terrenos confinantes. Após a notificação dos proprietários e a ausência de qualquer oposição à intenção do Município de tornar o caminho público, a situação foi formalizada através de uma declaração de cedência gratuita por parte dos proprietários. Com base nestes considerandos, a proposta submetida a deliberação era para que a Câmara aprovasse e propusesse à Assembleia Municipal a aprovação da formalização da cedência gratuita e a afetação ao domínio público do caminho em questão. O caminho tem uma área aproximada de 259m² e cerca de 36m de comprimento por 7m de largura. -----

--- **Deliberação:** A formalização da cedência gratuita por parte dos proprietários das parcelas que integram o caminho em causa nos termos da minuta anexa, e a afetação ao domínio público do caminho em causa, sito na Rua Eng. Álvaro Simões, S/N, 2090-082 Alpiarça, com a área aproximada de 259m², com aproximadamente 36m de comprimento e 7m de largura aproximada, confrontando com os seguintes prédios rústicos: prédio propriedade de Fernando Manuel Teixeira Rabico e Alfredo Pedro Rabico, inscrito na matriz com o n.º 73 da secção 033; prédio propriedade de João Miguel Lima Geada, inscrito na matriz com o n.º 5801 e na secção 033, descrito na Conservatória sob o n.º 7126; prédio propriedade de Maria Helena Delares Martinho da Silva, inscrito na matriz com o n.º 71 e na secção 033; prédio propriedade de Gustavo Manuel Fialho Ferreira, inscrito na matriz com o n.º 7636 e na secção 033; prédio propriedade de Jesuína Pereira Aparício Teodoro, Maria Amélia Domingues e Teresa Maria Domingos Aparício Melo, inscrito na matriz com o n.º 3483 e na secção 033, descrito na Conservatória sob o n.º 8828; reconhecendo-o como de interesse Municipal e utilidade pública, foi aprovada por unanimidade. -----

--- 07: Deliberação – Proposta de autorização da adesão do Município de Alpiarça à Central Nacional de Compras Municipais (CNCM) e designação de Representante do Município. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que a adesão do Município de Alpiarça à Central



Nacional de Compras é gratuita e não exclusiva, e que tem como objetivo agregar as necessidades de aquisição de bens e serviços de entidades públicas celebrando acordos de quadro e promovendo condições mais vantajosas, em termos de preço e simplificação procedimental. Destacou os benefícios para o Município, como a redução de custos e de tempo nos processos concursais, acesso a preços mais competitivos e maior eficiência na aquisição de bens e serviços essenciais. A proposta submetida a deliberação era a aprovação da adesão do Município, sem caráter vinculativo e a título gratuito, a designação do Técnico Superior, Dr. Bruno Alexandre Carvalho Nalha, Dirigente da Unidade Orgânica de Aprovisionamento e Contratação, como representante do Município na Central Nacional de Compras, para integrar a comissão de acompanhamento e, posteriormente, dar conhecimento desta deliberação à Assembleia Municipal. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referiu a falta de um documento na proposta, a informação interna número 18707, de 22 de setembro, solicitando que a mesma fosse junta. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, tomou nota da observação e garantiu que a informação seria incluída na documentação. -----

--- **Deliberação:** A adesão do Município de Alpiarça à Central Nacional de Compras Municipais (CNCM) e designação de Representante do Município, Dr. Bruno Alexandre Carvalho Nalha, Dirigente da Unidade Orgânica de Aprovisionamento e Contratação, foram aprovados por unanimidade. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- Não houve intervenção do público. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 10h35m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes



A Técnica da Subunidade de Administração Geral

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação. Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

